

Entre margens e memórias – Conversa sobre o projeto *Lembra: isto é rio*

Entrevista com Elisa Porto Marques feita por Núbia Vitória Moreira Diniz

Elisa Porto Marques

Doutoranda e mestre em Arquitetura e Urbanismo
pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo
Horizonte, MG, Brasil
limarques@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2444471468696045>
<https://orcid.org/0009-0002-5451-8430>

Núbia Vitória Moreira Diniz

Estudante da Faculdade de Letras da Universidade
Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
nubiavitoria.damiani@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8311305445767365>

Nota da Editora

Em outubro de 2025, a equipe da Revista Interfaces entrevistou Elisa Porto Marques, doutoranda da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do projeto Lembra: isto é rio. A entrevista apresenta o projeto, desdobra suas ações em torno das águas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como a importância de repensar o imaginário político e social sobre a presença das águas nas cidades. A entrevista foi realizada por chamada de vídeo, transcrita e editada pela Equipe da Interfaces, e em seguida lida e editada pela entrevistada, a quem agradecemos a disponibilidade e o trabalho.

ENTREVISTADA: Elisa Porto Marques é doutoranda e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ela investiga imaginários urbanos e práticas de cuidado associados à natureza e às águas na cidade, articulando planejamento urbano, ecologia política e comunicação visual; integra o grupo de pesquisa Cosmópolis, o projeto de extensão Lembra: isto é rio e o Subcomitê da Bacia do Ribeirão Onça.

ENTREVISTADORA: Núbia Vitória Moreira Diniz é graduanda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ela investiga temas de linguística teórica e computacional, com foco nas interfaces entre morfologia e semântica no Processamento de Linguagem Natural (PLN). Integra a equipe da Interfaces – Revista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais como estagiária de pesquisa.



Entre margens e memórias – Conversa sobre o projeto *Lembra: isto é rio*

Núbia Diniz:

O projeto *Lembra: isto é rio* atua em córregos específicos — Capão, Leitão, Tamboril e o baixo curso do Ribeirão da Onça — e envolve estudos técnicos, intervenções, produção de materiais pedagógicos e livros. Além disso, trabalha com uma abordagem interdisciplinar que mobiliza arquitetura, urbanismo, meio ambiente, memória, educação comunitária e reflexão crítica. Antes de entrarmos nas perguntas, gostaria de saber se há algo que você queira comentar previamente.

Elisa Marques:

O ponto de partida do projeto *Lembra: isto é rio* já está sugerido no próprio nome: trata-se de imaginar as águas urbanas. O que são essas águas? Como elas existem na cidade? Como convivemos com elas no espaço urbano? Embora nosso campo de atuação esteja na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a ideia do projeto é mais ampla, porque diz respeito à relação entre água e cidade de modo geral — à forma como nos relacionamos com a água no mundo contemporâneo.

Por isso o projeto acaba se tornando tão abrangente. Ele reúne diferentes metodologias e modos de aproximação desse tema, buscando questionar uma concepção que entendemos como predominante no imaginário comum: a ideia de que as águas urbanas são inexistentes ou impossíveis na cidade. No entanto, quando olhamos mais de perto, percebemos uma grande diversidade de relações possíveis — e já existentes — com as águas no espaço urbano.

Núbia Diniz:

Quem idealizou o projeto? Quando ele surgiu e quais foram suas motivações iniciais? Hoje vocês atuam em vários córregos, inclusive no baixo curso do Ribeirão da Onça, e pensam em ampliar essa atuação. Mas como esse projeto começou, considerando que ele está sediado na Escola de Arquitetura? Como foi esse processo de idealização?

Elisa Marques:

O *Lembra* — como chamamos carinhosamente — passou a existir formalmente como projeto de extensão em 2023. Mas ele se relaciona com ações anteriores, mais ensaísticas e espontâneas, que desenvolvemos desde pelo menos 2016. Essas ações nasceram dos nossos interesses de pesquisa, das trajetórias pessoais de

quem integra o projeto e também das nossas militâncias, especialmente ligadas à política das águas. Além do aspecto acadêmico, há um envolvimento político e prático que atravessa nossa relação com o tema. Esse movimento está diretamente ligado ao trabalho do professor Roberto Andrés, da Escola de Arquitetura, que tem contribuído para consolidar essas práticas e reflexões.

O Roberto, que é do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura, começou — ainda quando eu estava na graduação — a propor disciplinas que envolvessem diretamente contextos reais de relação com as águas. Assim, a partir do nosso vínculo com comunidades situadas à beira d'água, e das demandas específicas dessas comunidades, alunos de graduação têm a possibilidade de colaborar com projetos de arquitetura nesses territórios.

Além dessas disciplinas, houve também a nossa experiência com o Manuelzão, um projeto de extensão de longa data da Escola de Medicina da UFMG. Eu e outros três integrantes do *Lembra: isto é rio* já participamos do Manuelzão, especialmente em ações ligadas à educação ambiental. Por meio do Manuelzão, também estabelecemos relação com os subcomitês de bacia hidrográfica, que são instrumentos de participação popular na gestão das águas da cidade.

O *Lembra: isto é rio*, portanto, surgiu antes mesmo de se formalizar como projeto de extensão. Ele nasce do nosso envolvimento nessas três frentes: as disciplinas de graduação, o projeto Manuelzão e os subcomitês de bacia. Hoje, o *Lembra* funciona sob essa coordenação mais ampla do Roberto Andrés e, mais diretamente, por mim, pela Isabela Izidoro e pelo André Siqueira — todos pesquisadores da Escola de Arquitetura. Fizemos mestrado lá, e eu atualmente curso o doutorado. São também integrantes do projeto, em outro módulo, a Letícia Ribeiro e a Débora Tavares, além de alunos da graduação, como bolsistas.

Núbia Diniz:

Você já respondeu parte da segunda pergunta, que tratava de quem compõe a equipe central do projeto. Como se trata de uma iniciativa grande, que também atua diretamente com a comunidade, imagino que existam representações cunitárias envolvidas. Além dos integrantes que você mencionou, gostaria de saber quem mais participa: projetos parceiros, coordenações, representantes das comunidades ou organizações locais.

Elisa Marques:

Há vários parceiros. Contamos com a rede do projeto Manuelzão e com os subcomitês de bacia, que são entidades ligadas ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Velhas (o CBH Velhas). E em cada território onde atuamos, surgem

parceiros fundamentais: grupos, coletivos e ações comunitárias que já existem e aos quais nos associamos, inserindo-nos de forma complementar. Nossa papel é propor caminhos sempre pautados pelas experiências das pessoas que vivem nesses territórios.

Como atuamos desde 2016, o projeto já passou por muitos rios e córregos, em bairros diferentes. Embora hoje o *Lembra* tenha suas ações mais concentradas nas sub-bacias do Ribeirão da Onça, já desenvolvemos atividades também no Arrudas. A exposição *Lembra: isto é rio* — que é nossa ação mais ampla recente — envolve justamente o Arrudas e o Onça. Isso está relacionado ao modo como entendemos a cidade pelas águas: uma abordagem que exige situar o território de Belo Horizonte dentro de suas bacias hidrográficas. A cidade é banhada, em grande parte, por essas duas bacias. E, quando pensamos pelos rios, inevitavelmente transbordamos os limites administrativos do município, enxergando um território mais amplo, que envolve cidades vizinhas.

Assim, ao falar de Arrudas e Onça, precisamos incluir também Contagem — onde estão suas cabeceiras —, além de Belo Horizonte, Sabará e Santa Luzia. Criam-se, portanto, relações institucionais com atores desses municípios. Gostaria de destacar especialmente as escolas como parceiras fundamentais nessa vertente do projeto, justamente porque, ao trabalharmos com imaginários sobre a cidade e as águas, o diálogo com a educação é central. Além das escolas, há também uma relação forte com os centros de saúde, que são parceiros tanto pelas temáticas envolvidas quanto pela presença cotidiana nas comunidades. É por meio das escolas, dos centros de saúde e das associações comunitárias que mais conseguimos nos aproximar dos habitantes.

Os obstáculos também surgem em várias escalas. O primeiro deles é estabelecer vínculos aprofundados com as pessoas com quem desejamos dialogar. Há um impedimento básico, que é a disponibilidade de tempo. Quando convidamos moradores para participar de oficinas continuadas, por exemplo, quem realmente consegue estar presente durante o horário comercial, à noite ou nos fins de semana, que muitas vezes são os únicos momentos de descanso?

Por isso, buscamos pessoas que já estejam engajadas. Uma estratégia essencial é se associar a grupos que já se reúnem, e não tentar criar um novo grupo. Trabalhamos com coletivos que já têm interesse e necessidade de encontro, discussão e ação. Assim, chegamos com uma proposta que amplia o debate pela perspectiva dos rios. Há também uma dimensão política complexa: é preciso enfrentar a ideia, ainda muito presente, de que a convivência com as águas na cidade não é

possível. Falta uma cultura política que repense radicalmente o entendimento de cidade. Muitas vezes o primeiro argumento usado para negar essa possibilidade é a falta de recursos, como se fosse uma impossibilidade material.

Isso nos leva ao que consideramos o ponto principal: o impacto social e simbólico. O que temos tentado — sem uma resposta pronta, claro — é construir contra-argumentos que mostrem que a dificuldade não é material ou econômica, e sim política: uma questão de cultura urbana, de mudança de prioridades e de abertura à transformação.

Um dos principais obstáculos para os rios existirem na cidade hoje é o modelo de mobilidade. Desde o início da expansão urbana, os carros entraram em confronto direto com os rios. Isso envolve embates com setores como a indústria automobilística e até a chamada “máfia do ônibus” em Belo Horizonte. Embora esses não sejam confrontos diretos do projeto, são campos políticos que atravessam o nosso trabalho. Houve — e ainda há — tensões, não necessariamente negativas, decorrentes da nossa inserção nos territórios, mas nunca conflitos diretos com os coletivos locais.

Núbia Diniz:

Integrar diferentes tarefas — arte, ambiente, mobilização, participação social — e também as ativações políticas pré-existentes no território não é simples. Imagino que hoje essa integração já é mais facilitada, porque o projeto se tornou conhecido. Mas como era esse processo no começo? E como ele está sendo agora?

Elisa Marques:

Isso é muito flutuante. E é importante trazer um dado de partida: o *Lembra: isto é rio* é um dos módulos de um guarda-chuva maior, que abriga também o *Festival da Onça* — um projeto de mutirões, que vem crescendo e se tornou também um festival cultural.

A incidência dos mutirões tem sido cada vez mais profunda e contínua em um território específico: as margens do Baixo Onça. E essa continuidade acontece porque o trabalho se renova semestralmente junto às disciplinas de projeto da Escola de Arquitetura. Então, há uma adesão crescente dos alunos e uma permanência das ações. As dificuldades do pessoal que leva adiante os mutirões são de outra ordem — são dificuldades materiais mesmo: ir ao território, obter material, construir, chamar as pessoas para construir junto. Os conflitos são muito concretos. Já o *Lembra: isto é rio* opera num outro campo.

O *Lembra* está mais ligado à imaginação. As transformações não são materiais, são conversacionais. Muito do que fazemos está no campo da comunicação.

Nossos produtos mais concretos são livros, vídeos, placas, cartazes, intervenções, rodas de conversa, pequenas publicações e oficinas nas escolas. E o impacto é muito singelo. Às vezes uma roda de conversa reúne dez pessoas; na próxima, outras dez; e, dessas, três são as mesmas. É um trabalho delicado, muito delicado. Ainda assim, essa delicadeza não reduz a potência. Pelo contrário: o encontro com uma ou duas pessoas, de forma aprofundada, já faz diferença. A incidência aparece nessas trocas.

No módulo mais recente do *Lembra: isto é rio*, eu destacaria a exposição e o livro como meios através dos quais conseguimos um alcance maior.¹ A exposição deu amplitude porque ocupou parte das grades do Parque Municipal, um espaço central de Belo Horizonte, com placas grandes, visíveis, fisicamente presentes na cidade. E o livro teve um alcance importante porque conseguimos distribuí-lo para todas as escolas municipais da bacia do Ribeirão da Onça. Esses dois movimentos foram fundamentais para ampliar a incidência do projeto.

Núbia Diniz:

Considerando que o livro e a exposição já tiveram um impacto significativo, dá para dizer que eles se tornaram ações emblemáticas do *Lembra: isto é rio* — tanto para a comunidade quanto para vocês? E, ainda nessa linha das mobilizações promovidas pelo projeto, como o *Lembra* pensa a educação ambiental a longo prazo? Como o *Lembra: isto é rio*, especificamente, concebe a educação ambiental dentro dessas ações?

Elisa Marques:

A nossa ideia de educação ambiental tem como terreno a vida cotidiana. Nossa expectativa é criar um espaço de trocas que alcance uma certa intimidade, uma afetividade, como caminho para ouvirmos diferentes ideias sobre o que é viver com os rios, o que é estar no mundo.

1 [Nota da entrevistada] A exposição destaca as belezas e a potência imaginativa das águas. Em vinte placas de grande formato, com imagens e textos, são retratadas nascentes, cachoeiras, várzeas e matas, das bacias dos ribeirões Arrudas e Onça, e também pessoas cuidadoras desses ambientes. A primeira montagem aconteceu nas grades do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no centro de Belo Horizonte, onde permaneceu por quase um ano, entre junho de 2024 e março de 2025. Atualmente está em exibição no Centro de Educação Ambiental do PROPAM – Programa de recuperação ambiental da bacia da Pampulha e é visitada regularmente, em percursos formativos com escolas.

O livro *Histórias do ribeirão da Onça* é um material pedagógico, que distribuímos gratuitamente para rede municipal de ensino fundamental de Belo Horizonte e Contagem. Foi montado a partir de narrativas escutadas às beiras d'água, como um álbum que reúne fotografias de família, imagens de arquivos, caminhadas pelas margens e pelas matas, exercícios de colagem, receitas de cultivo e cuidado. Revisitamos memórias do início de alguns bairros da bacia do Onça, compartilhamos saberes e imaginamos desejos coletivos para o presente e o futuro. Para saber mais, acesse: <https://www.lembraistoerio.org>

O livro *Histórias do Ribeirão da Onça*, que elaboramos como um material pedagógico para as escolas de ensino fundamental, partiu do que as pessoas que convivem com o rio nos contam — suas memórias, suas experiências presentes, seus desejos futuros.

E há algo muito surpreendente quando nos aproximamos das pessoas que vivem hoje nas periferias urbanas, que é justamente onde os rios ainda existem abertos, onde ainda há convivência cotidiana com eles. Mesmo sendo as mais afetadas pelos problemas que associamos às águas, isto é, o rio poluído, o transbordamento, a inundação das casas, elas são também as que mais acreditam na permanência dos rios na cidade e as que mais desejam que eles continuem existindo. Muita gente que vive, por exemplo, na zona sul, dentro da Contorno, não imagina a presença dos rios como parte do futuro desejável para a cidade, porque não é confrontada com a existência deles. Os rios correm canalizados sob as avenidas, invisíveis.

Então o *Lembra: isto é rio* não é uma memória do passado. O “lembra” é uma advertência: isso existe, o rio está aqui — o nome do projeto é uma referência à frase pichada pelo artista Comum, nas vigas de concreto do canal do ribeirão Arrudas, na região central de Belo Horizonte. A educação ambiental que buscamos promover é, antes de tudo, uma observação crítica das formas de se relacionar com o mundo, com o ambiente e com aquilo que compõe a vida urbana.

Núbia Diniz:

Como vocês dialogam com o passado da ocupação/relação humana e com as transformações urbanas, especialmente no território da Onça e de seus afluentes — mas também, de modo geral, na Região Metropolitana de Belo Horizonte? Como esse pensar se articula entre a comunidade que não vê o rio e aquela que convive diretamente com ele, sendo afetada, sobretudo quando essas transformações geram acidentes e impactos? Como vocês enxergam esse passado de ocupação humana, essas relações com o rio, e as possíveis transformações que o projeto provoca? De que forma as rodas de conversa têm contribuído para repensar essas questões?

Elisa Marques:

O nome do projeto coloca a memória no centro das nossas ações. E é importante dizer que não tratamos de memória ou história como um mero retorno romântico, bucólico ou saudosista ao passado — embora seja sempre gostoso revisitar lembranças do que já foi e do que mudou. O que buscamos é recontar essas histórias a partir de hoje, transformando-as em oportunidade para repensar criticamente

o futuro. Olhar para o passado por outras lentes abre horizontes diferentes para o que podemos imaginar adiante. É politizar o passado: questionar as narrativas prontas sobre modernidade, progresso ou inevitabilidade urbana. Porque é muito comum ouvir que o desaparecimento dos rios foi um “mal necessário” para o crescimento da cidade, um sinal de progresso. Mas será mesmo? Ou isso reflete escolhas políticas e econômicas — escolhas que não são neutras, que carregam desigualdades sociais, que definem onde os rios existem hoje e onde foram apagados, e quem convive cotidianamente com as consequências dessas decisões? O nosso esforço é: olhar criticamente para o passado, de forma politizada, para abrir outras possibilidades de futuro.

Núbia Diniz:

E como está sendo a mobilização dentro da Escola de Arquitetura? Imagino que parte dos estudantes talvez nunca tenha tido contato com esse tipo de politização e mobilização. Como vocês têm construído essa articulação interna para manter o projeto funcionando — especialmente no que diz respeito às pesquisas?

Elisa Marques:

Vejo aspectos muito positivos, mas também dificuldades grandes dentro da própria comunidade da Escola de Arquitetura e, de certa forma, da UFMG como um todo. Um ponto positivo é que, quando o curso noturno foi instituído — em 2009, no contexto do programa Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI — abriu-se uma disciplina dedicada especificamente às bacias hidrográficas. Isso representou um avanço enorme na formação de arquitetos e urbanistas, pois o planejamento urbano passou a ser ensinado em diálogo com as águas — adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, o que acredito que deveria ser a principal baliza do urbanismo contemporâneo. E a existência dessa disciplina vem formando gerações de profissionais mais sensibilizados pela temática.

Mais especificamente no âmbito do *Lembra: isto é rio* e do projeto de mutirões, tenho visto como tem sido transformador para os estudantes participarem das ações no território. Sair do perímetro da Contorno, ir até a bacia do Ribeirão da Onça, descobrir que a pouco mais de dez quilômetros da Praça Sete existe uma cachoeira de trinta metros de altura, dentro de Belo Horizonte — no bairro Novo Aarão Reis, onde atuamos — é uma experiência que muda a percepção de cidade. Isso tem um impacto formativo enorme: não apenas para a prática profissional, mas na formação cidadã. É a possibilidade de viver a cidade de outra forma, de

estar fisicamente diante do território que geralmente é invisibilizado no debate urbanístico.

Mas ainda percebo uma falta grande de conexão entre os projetos existentes. Há muitos trabalhos sobre águas dentro da Escola de Arquitetura, mas que conversam pouco entre si. É uma autocrítica: poderíamos trocar muito mais.

E, pensando na escala da UFMG como um todo, sinto falta de olharmos para as águas do próprio campus. A UFMG está dentro da bacia do Onça, e o Córrego Engenho Nogueira corre canalizado dentro do campus, invisível — mas frequentemente transborda no período de chuvas, e alaga a avenida principal. O campus poderia ser um território de experimentação radical sobre novas formas de viver a cidade. Abrir o rio seria um primeiro gesto transformador.

Núbia Diniz:

Qual seria o papel simbólico que você vê que essas águas ocupam no imaginário local?

Elisa Marques:

No começo da nossa conversa, quando você perguntou sobre as instituições e parceiros com quem a gente se relaciona, eu falei das escolas municipais, dos postos de saúde, mas não mencionei a prefeitura como um todo. Eu acho que existe esse âmbito da ação de extensão: promover articulações entre as esferas da academia, do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada. Na bacia do Ribeirão da Onça há muita potência para promover essa troca com a prefeitura. Nos mutirões isso fica mais evidente.

Seria importante contextualizar mais a região do Baixo Onça: a bacia do Onça, comparada ao Arrudas, ainda tem muito mais trechos de rios em leito natural. Quer dizer: dentro da bacia, a partir do Baixo Onça, o rio está totalmente em leito natural. Para que os leitores se situem, posso descrever o seu curso através de alguns marcos: o rio vem de Contagem, passa pela Lagoa da Pampulha, pela Estação São Gabriel; pouco depois, ainda a céu aberto, apesar de canalizado, ele encontra um grande marco paisagístico: uma cachoeira de cerca de 30 metros. Essa cachoeira é muito emblemática, tanto quanto símbolo capaz de mobilizar o engajamento quanto pragmaticamente. Ela acabou impondo um limite técnico à canalização, e isso permitiu que o rio seguisse aberto e com sua forma mais preservada. Uma limitação do saneamento urbano do passado se tornou uma potência para a cidade hoje.

Essa preservação favoreceu também uma mobilização política muito forte na região. A comunidade é bastante envolvida. Existe o Conselho Comunitário

Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA, que criou a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão da Onça, por meio do movimento “Deixem o Onça Beber Água Limpa”, que atua pelo menos desde 2014 na região do baixo Onça. Foi a comunidade que pressionou a prefeitura a garantir o direito à moradia das famílias que viviam nas margens e sofriam com inundações. Com a desapropriação e reassentamento dessas famílias, a margem está cada vez mais livre para que o rio possa exercer seus ciclos naturais de cheia e seca. É um exemplo de como a comunidade pode atuar de forma propositiva junto ao poder público. E o *Lembra: isto é rio*, junto aos mutirões e outras proposições do Festival da Onça, atua como parceiro, buscando participar no debate e na construção das maneiras como essas margens serão ocupadas agora.

As novas formas de ocupação envolvem atividades compatíveis com as águas e com a intermitência — algo que foge à lógica urbana tradicional do concreto permanente. Plantios, agroecologia, atividades adaptáveis às cheias e secas. A agroecologia traz outro olhar para a saúde, integrado ao ambiente: se o rio estiver limpo, as cheias irrigam as plantações. E isso já ocorre ali, mesmo com o esforço enorme da comunidade para lidar com o rio poluído. Também estão surgindo mobiliários e espaços públicos: parquinhos, campos de futebol, mirantes, pistas para caminhada e bicicleta. A Escola de Arquitetura atua como parceira ouvindo a comunidade, pesquisando repertórios, mobilizando recursos, participando no diálogo com a prefeitura, de forma construída coletivamente.

A principal narrativa do *Lembra: isto é rio* é a do cuidado. Um olhar cuidadoso para a cidade implica envolvimento — entender que fazemos parte do mesmo ambiente e deixar de olhar o rio como objeto, descartado. O rio é vivo, faz parte da nossa vida urbana. O símbolo que o rio deve ocupar é o de saúde, entendida numa concepção ampla, relacionada ao bem-estar geral. Também queremos que o rio seja símbolo das lutas pelas águas limpas. Nós queremos a vida nas margens, mas com um rio limpo. Ninguém quer romantizar a vida à beira de um rio fétido e insalubre.

Além disso, o rio é metáfora do tempo e da transformação. A água inspira porque é um emblema de transformação e regeneração. Se deixarmos de poluir, o rio se regenera. É uma utopia concreta: possibilidade real de renovação.

E, olhando de forma mais ampla, as águas e a terra que elas banham também evocam solidariedade e responsabilidade mútua. Pensar a cidade pelas águas nos obriga a ir além das fronteiras municipais. BH precisa conversar com Contagem, Sabará, Santa Luzia. A bacia hidrográfica é um fractal, pode ser vista do macro

ao micro: até o quarteirão é uma bacia. O que faço a montante afeta diretamente quem está a jusante: isso cria uma ética de corresponsabilidade. Pensar pelas águas nos faz entender que não dá para jogar o problema para o vizinho: podemos resolver tecnicamente aqui, mas Sabará que lide com o volume? Não pode ser assim.

Núbia Diniz:

Antes de terminar, eu queria pedir o caminho contrário: falar sobre você, sua pesquisa, sua vida acadêmica, e como você se vê dentro do *Lembra: isto é rio*. Qual é o seu papel ali e seus planos futuros no projeto?

Elisa Marques:

Eu sou muito feliz de participar do *Lembra: isto é rio* porque ele conversa diretamente com meus sonhos como pesquisadora e como cidadã. Foi por causa dessas ações que me envolvi como conselheira do Comitê da Bacia do Ribeirão da Onça. Minha pesquisa de doutorado está diretamente ligada ao campo do *Lembra*: eu busco ouvir as narrativas de cuidado das pessoas que vivem à beira do Onça, visitar seus arquivos e memórias e entender como a configuração ambiental, a forma da cidade, afeta imaginação, identidade e atuação no território.

Estar no *Lembra* é uma oportunidade maravilhosa de viver perto das águas e participar das militâncias das águas. Quando ouvi as pessoas se apresentando como “ribeirinhas”, percebi que eu também era: moro à beira do Arrudas. É uma identidade muito bonita. É um processo de construção de identidade.

◆ VOL. 13, 2025, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces - Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces
Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br



PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

U F M G